

Porte de armas agora é crime inafiançável

O Senado aprovou ontem o Estatuto do Desarmamento, que, entre outras medidas, proíbe o porte de armas de fogo. Quem for flagrado com arma será preso sem direito a fiança. Referendo em 2005 poderá vedar o comércio de armamentos. O projeto vai agora à sanção presidencial

Páginas 4 e 5

CPI do Congresso vai propor modelo de reforma agrária

Comissão parlamentar mista de inquérito instalada ontem vai realizar diagnóstico da estrutura fundiária brasileira. Os trabalhos começam em fevereiro, após o recesso. O senador Alvaro Dias, eleito presidente do colegiado, anunciou que elaborará roteiro de atividades.

Página 6



INSTALADA João Alfredo (D) é o relator da CPI, presidida por Alvaro Dias (C). Onyx Lorenzoni (E) é vice-presidente



BENEFÍCIO A proposta de Eduardo Azeredo foi acolhida em reunião presidida por Osmar Dias



CONGRESSO
NACIONAL
180 ANOS

Aprovado uso do FGTS para despesas escolares

Integrantes da Comissão de Educação destacaram a importância de garantir aos trabalhadores recursos para investir em educação. O projeto ainda depende de análise da Comissão de Assuntos Sociais.

Página 7

PREVIDÊNCIA

Exame da emenda deve ser concluído hoje em Plenário

Página 3

TRIBUTÁRIA

Líderes partidários se reúnem às 10h para definir votação da reforma

Página 3

Agenda



Senadores votam reforma da Previdência

A sessão, marcada para as 14h30, é dedicada à votação, em segundo turno, da proposta de reforma da Previdência (PEC nº 67/03). A primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta conhecida como reforma paralela da Previdência (PEC nº 77/03) deve também ser realizada hoje. Durante a hora do expediente, será eleita a Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Presidente participa de celebração de fim de ano

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 12h, da missa de confraternização de Natal e encerramento de ano, iniciativa das presidências das duas Casas do Congresso, a ser celebrada pelo

cardeal-arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão. Às 18h30, Sarney comparece ao lançamento do livro *O Poder Moderador na República Presidencial*, de Borges de Medeiros.

Subcomissão discute políticas para o cinema brasileiro

Na reunião da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, às 10h, os senadores discutem as decisões do governo em relação à Agência Nacional de Cinema (Ancine).



O encontro conta com a presença do subchefe da Coordenação de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República, Luiz Alberto dos Santos.

Comissão de Justiça examina indicação para o STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje, às 10h, a indicação do almirante-de-esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos

ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Além disso, os senadores votam proposta que obriga a execução da programação da lei orçamen-

tária anual (PEC nº 22/00) e projeto de resolução (PRS nº 5/03) que cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero.

CAS analisa nome para a saúde suplementar

A indicação de Fausto Pereira dos Santos para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) será examinada, às 11h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto que trata da cobertura de despesas com transplantes e internação pelos planos de saúde e seguros privados também está na pauta (PLS nº 75/02).



Créditos e avisos na CMO

A reunião de ontem da Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi adiada para hoje, às 18h. O colegiado vota projetos de créditos suplementares, avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos e requerimentos dos parlamentares solicitando audiências públicas.

Debates na TV Senado

O Cidadania de hoje, exibido pela TV Senado, às 19h30, discute pesquisas em comunicação com o professor Elias Machado, da Universidade Federal da Bahia, e a professora Dione Moura, da Universidade de Brasília. Às 10h30, o embaixador da Venezuela, Vladimir Villegas, fala sobre a política no programa *Entrevista*.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



EDUCAÇÃO Sarney (ao microfone), ao lado de Tuma e Florian Madruga, participa de evento realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro

Sarney encerra curso de alfabetização de terceirizados

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem do encerramento da quarta turma do curso de alfabetização de empregados terceirizados que trabalham na Casa. O programa foi patrocinado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que treinou os instrutores – todos voluntários e servidores do Senado Federal.

Sarney caracterizou a iniciativa como “simbólica da vocação social do Senado”.

– Hoje podemos comemorar ao ver muitos dos que trabalham nesta Casa serem incluídos entre os brasileiros alfabetizados. Isso é muito importante e muito significativo para todos nós – afirmou.

Também estavam presentes na cerimônia o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma, acompanhado da mulher, Zilda; o diretor-geral da Casa, Agaciél Maia; e o diretor do ILB, Florian Madruga.

Unesco lança livro sobre desigualdade social

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) compareceu ontem ao lançamento do livro *Pobreza e Desigualdade no Brasil – Traçando Caminhos para a Inclusão Social*. A obra reúne 20 artigos, escritos por especialistas, que apontam a miséria e a desigualdade como violação dos direitos humanos.

O senador afirmou que, ao longo dos anos, o Brasil conviveu com inflação, mudanças de governo, democracia, ditadura, mas o tema da exclusão social, disse, continua presente, apesar das alterações ocorridas na política e na economia.

Segundo Mercadante, o governo chegou cheio de esperanças para reverter o quadro.

A idéia da publicação surgiu em maio deste ano, durante a realização de um seminário internacional. Entre os autores dos artigos, estão Jorge Werthein, representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco); José Graziano, ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome; Frei Betto, coordenador de Mobilização Social para o programa Fome Zero; além do senador Aloizio Mercadante.

Governo goiano quer parceria com TV Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o senador Demostenes Torres (PFL-GO), acompanhado do presidente da Agência Cultural Pedro Ludovico, Nasr Chaul.

Demostenes ressaltou que o seu estado tem interesse em firmar parceria com a TV Senado. Segundo o parlamentar, a instituição goiana já cedeu produções do Festival Internacional de Vídeo Ambiental, uma iniciativa estadual.

– São vídeos que enriquecerão a programação da TV Senado – disse.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pimenta

Paim confia na aprovação da proposta paralela

O senador Paulo Paim (PT-RS) reiterou ontem sua confiança na aprovação da emenda paralela à reforma da Previdência. "Os que disserem que a proposta que ameniza os efeitos da reforma era uma farsa, uma brincadeira, que não era para valer, vão ter que me engolir", afirmou o parlamentar, parafraseando o treinador de futebol Zagallo.

Paim garantiu que passará o Natal nas dependências do Congresso se, até lá, o Senado não aprovar a proposta paralela. Ele disse

que, se necessário, montará acampamento na Câmara para insistir que aquela Casa também aprove a matéria. O senador manifestou, contudo, confiança de que não será necessário adotar essas atitudes.

Com a emenda paralela, destacou o parlamentar, o governo atendeu aos quatro pontos que ele colocara na pauta de negociações para votar a favor do texto da reforma da Previdência aprovado pela Câmara: modificação no subteto, integralidade, paridade entre ativos e inativos, e regra de transição.

Paulo Paim repeliu com veemência a informação de que, na manhã de ontem, fora procurado por um jornalista que disse ter tomado conhecimento de que ele teria votado a favor da proposta inicial do Executivo em troca de indicações para cargos no governo federal. O senador esclareceu que se posicionou de forma favorável à proposta por ter recebido a garantia do presidente da República, de vários ministros e dos presidentes da Câmara e do Senado de que a proposta paralela seria aprovada.

– Não tenho um cargo sequer no governo. Nem em nível municipal, estadual ou muito menos federal. Não tenho, não aceito e não quero. Os que falaram isto são os que esqueceram suas vidas em cima de nomeações de pessoas. Trocar votos por cargos fica para os picaretas, para os que trilham, na vida pública, a linha da mentira e da desonestidade – reagiu Paim. Em aparte, ele recebeu o apoio de Magno Malta (PL-ES), Romeu Tuma (PFL-SP) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

CERTEZA Paulo Paim, citando o treinador Zagallo: "Vão ter que me engolir"

Plenário conclui exame da PEC da Previdência

O Plenário deve votar hoje, em segundo e último turno, o texto principal da reforma da Previdência Social. Se aprovada, a proposta será promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado, entrando em vigor assim que for publicada no *Diário do Congresso*. No primeiro turno, a reforma foi acolhida por 55 votos a favor e 25 contrários.

Ontem, ocorreu a última discussão da matéria, quando cinco senadores criticaram a proposta e um deles, Efraim Moraes (PFL-PB), manifestou receio de que os deputados não venham a votar a emenda paralela, onde se encontram as alterações que o governo aceitou na reforma, no Senado.

Foram apresentadas nove emendas de redação em Plenário, o que obrigou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a examiná-las em reunião que começou poucos minutos antes da meia-noite. O relator da reforma, senador Tião Viana (PT-AC), aceitou quatro das emendas, que deverão deixar o texto mais claro.

No último dia de discussão em Plenário, numa sessão que terminou às 23h40, ocuparam a tribuna Romeu Tuma (PFL-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Efraim Moraes (PFL-PB), Mão Santa (PMDB-PI) e Heloísa Helena (PT-AL). Mão Santa leu carta de uma funcionária pública questionando as razões do governo para acabar com a paridade e instituir a cobrança previdenciária dos servidores inativos.

A última votação da reforma da Previdência deve começar por volta das 15h30, com transmissão ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Líderes vão definir hoje a votação da tributária

■ PFL apresenta novas exigências em relação ao texto do relator, e pode não aceitar redução de prazos

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou a realização de uma reunião de líderes hoje, às 10h, para tratar da reforma tributária e tentar novo acordo. Mercadante disse acreditar que a proposta será votada amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Havendo acordo, acrescentou, será possível iniciar no mesmo dia a votação no Plenário, em primeiro turno.

A dúvida sobre o calendário surgiu depois que o presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), e o líder do partido, José Agripino (RN), apresentaram novas exigências. Agripino afirmou que, se o governo não ceder, o partido não permitirá qualquer redução nos prazos



Roosevelt Pimenta

DIÁLOGO José Sarney (segundo à direita) conversa no Plenário com Aloizio Mercadante, Tasso Jereissati e Hélio Costa

regimentais.

O PFL não aceita a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados com similar nacional, quer o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e pleiteia obrigatoriedade de correção anual da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. As exigências fo-

ram apresentadas por Bornhausen à bancada e levadas por Agripino para reunião de líderes com Mercadante.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), disse que colocará a reforma em votação caso haja acordo e garantia de aprovação. A senadora Roseana Sarney (PFL-MA) calcula que sete senadores do PFL votarão com o governo.

Frente é contra redução da maioria penal

Uma coletânea de documentos sobre a infância, denominada Kit Criança, foi lançada ontem no Congresso. O objetivo é

fornecer informações aos parlamentares sobre o tema e facilitar o acesso de assessores a dados estatísticos e relatórios

sobre a situação da criança. A iniciativa é da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, do Instituto de Estudos Socio-Econômicos (Inesc) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Durante o evento, a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), uma das coordenadoras da frente parlamentar, disse que um dos desafios do grupo, para o próximo ano, é combater a proposta de antecipação da maioria penal, que, a seu ver, "não é a melhor solução".



Márcia Kollme

MOBILIZAÇÃO Senadora Patrícia Saboya (C) e deputada Maria do Rosário (E) coordenam frente parlamentar em defesa dos menores

CMO analisa relatórios do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) inicia hoje o exame dos relatórios setoriais ao projeto de lei orçamentária para 2004, com um dia de atraso em relação ao cronograma previsto pelo relator-geral, deputado Jorge Bittar (PT-RJ). A reunião convocada para ontem acabou adiada pela falta de entendimento em relação à votação dos destaques aos pareceres setoriais.

Mas Bittar conseguiu demover o PSDB de obstruir a tramitação da proposta, acertando com os coordenadores das bancadas que serão admitidos apenas destaques para correção do texto, nessa fase de votação dos relatórios das dez áreas temáticas, deixando para acomodar no seu parecer final as emendas que envolvam valores. "Esse foi o acordo que vigorou o ano passado", lembrou Jorge Bittar.

O relator informou que serão lidos três pareceres dos cinco já entregues à comissão: os das áreas temáticas III (Fazenda e Desenvolvimento), II (Justiça e Defesa) e a VIII (que reúne Trabalho, Previdência e Assistência Social).

O líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), confirmou que, em razão de acordo, os créditos adicionais que estavam na pauta da CMO serão votados em regime de urgência em sessão conjunta do Congresso. Um deles, de R\$ 548,71 milhões, deve atender à área de segurança do Distrito Federal, com as transferências da União aos estados, aos municípios e ao DF, além de reforçar as dotações dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

DESARMAMENTO

Vai à sanção presidencial proposta que congregou mais de 70 projetos de lei. Renan ressalta importância do momento e César Borges aponta contribuições da Câmara

Aprovado estatuto que proíbe porte de arma

O Senado aprovou ontem o Estatuto do Desarmamento que, entre outras medidas, proíbe o cidadão comum de portar armas de fogo. Aprovado em julho passado no Senado, o projeto (PLS nº 292) foi remetido à Câmara, que promoveu algumas alterações e devolveu a matéria, na forma de substitutivo, ao Senado, onde tramitou em regime de urgência. A proposta reúne dispositivos de mais de 70 projetos de lei que tratam do assunto e vai agora à sanção presidencial.

O relator da matéria, senador César Borges (PFL-BA), acatou algumas das alterações sugeridas pelos deputados e rejeitou outras, neste caso, restabelecendo o texto aprovado anteriormente pelos senadores. Entre as sugestões feitas pelos deputados que o Senado rejeitou



AVANÇO Em sessão presidida por Sarney, senadores avaliam importância da nova lei que restringe o uso de armas de fogo

estão a permissão para servidores de órgãos de proteção à infância e juventude, de fiscalização ambiental, trabalhista ou tributária portarem armas de fogo.

O Senado também limitou a concessão de porte para as guardas municipais de cidades com população superior a 250

mil habitantes. Ficou estabelecido que os municípios com população entre 250 mil e 500 mil habitantes terão direito a porte de arma apenas no exercício da profissão. Os guardas municipais de cidades com mais de 500 mil pessoas poderão portar armas mesmo fora do serviço.

César Borges elogia trabalho dos deputados

Ao apresentar seu parecer sobre o substitutivo da Câmara ao Estatuto do Desarmamento, o senador César Borges reconheceu a importância do trabalho dos deputados para que o texto original pudesse ser aperfeiçoado. Entre as



Câmara aperfeiçoou texto original, afirma César Borges

Outras inovações propostas pela Câmara também mereceram o apoio do relator da matéria no Senado, como a melhor definição e sistematicidade dos tipos penais, o maior controle sobre as empresas de segurança privada pelo acesso à listagem de seus empregados, a celebração de convênios com os estados para assegurar o cumprimento da lei e o estabelecimento de rigorosas regras de acondicionamento e identificação da munição comercializada.

Por outro lado, o relator registrou que algumas das altera-

ções pretendidas pelos deputados não atendem às necessidades sociais de desarmamento, por isso ele preferiu a rejeição total ou a aprovação parcial de alguns dispositivos, restabelecendo o texto originalmente aprovado no Senado.

– A diferença mais relevante entre os textos examinados é a data da realização do referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo no Brasil. O texto aprovado no Senado sugere o mês de outubro de 2005, o substitutivo da Câmara deixa a consulta sem dia determinado. A data estabelecida pelos senadores representa um compromisso em relação ao referendo, afastando qualquer sentimento de incerteza – afirmou.

Demostenes critica lei que solta criminosos

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) alertou ontem que a Lei nº 10.792, aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente da República, apelidada pelo secretário de Segurança Pública de São Paulo, Saulo Abreu, de “Lei Fernandinho Beira-Mar”, a pretexto de promover reforma no sistema de execução penal, vai colocar nas ruas aproximadamente 40 mil condenados em regime fechado. A intenção real do governo Lula é aliviar a pressão no

sistema penitenciário e acabar com as más notícias do setor, opinou o senador.

– Como no Brasil só cumpre pena em regime fechado quem foi condenado a mais de oito anos, assaltantes a mão armada, traficantes e homicidas serão convidados a vir às ruas participar do eixo do bem – lamentou.

Demostenes lembrou que no Senado houve um grande esforço para modificar a matéria, mas as iniciativas não prosperaram por conta da indisposi-

ção do governo federal. Na opinião do senador, perdeu-se mais uma vez a oportunidade de dar uma resposta do Estado a bandidos “irrecuperáveis, altamente perigosos e de impressionante cinismo”.

Romeu Tuma (PFL-SP) disse em aparte que, “infelizmente, a população é prisioneira do medo. Os criminosos estão matando sem nenhuma consideração pelos cidadãos”. O senador Magno Malta (PL-ES) solidarizou-se com Demostenes.

Congresso vive momento histórico, destaca Renan

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que a aprovação do Estatuto do Desarmamento foi um momento histórico do Senado e do Con-

gresso Nacional, e elogiou os parlamentares envolvidos na elaboração e na tramitação do projeto, que considera um enorme avanço. Renan relacionou à situação de violência o fato de que 52% dos brasileiros não recebem 13º salário, de que 70% da população tem a criminalidade e de que 13% dos crimes com arma de fogo no planeta são cometidos no Brasil.

O senador acrescentou que menos de 2% dos assassinatos

cometidos no Sudeste são resolvidos e têm os culpados presos, o que é outro dado alarmante. – Não é a solução definitiva, o desarmamento, mas é um passo importante. Na reforma tributária, vamos desonerar a cesta básica, aumentar a receita sem aumentar a carga tributária, o que será mais um passo – disse o líder do PMDB.

O senador também destacou a importância da consulta popular sobre a proibição de venda de arma no país, proposta por ele para acontecer no primeiro domingo de outubro de 2005.



Renan quer referendo no primeiro domingo de outubro de 2005

Camata pede mobilização da sociedade contra o crime

De acordo com o senador Gerson Camata (sem partido-ES), a aprovação do Estatuto do Desarmamento deve ser um ponto de partida para uma ampla ação da sociedade contra o crime. Ele ressaltou a necessidade de fiscalização do desarmamento por parte de órgãos competentes e a vigilância nas áreas de fronteira, para evitar que o contrabando acabe



Para Camata, é preciso vigilância para evitar contrabando

prejudicando o esforço de eliminação das armas no país.

O senador fez breve histórico da tramitação da matéria, que teve origem em projeto de sua autoria. A proposta, conforme lembrou, proibia o acesso a armas de fogo, com exceção da fabricação e venda para as Forças Armadas, a polícia e para exportação.

Magno Malta defende antecipação da maioria

O senador Magno Malta (PL-ES) manifestou-se favoravelmente à antecipação da maioria penal, para julgar e punir, como adultos, os menores que cometerem crimes hediondos como estupro, seqüestro seguido de morte e homicídios com crueldade. Ele ressaltou que não se trata de punir crianças ou adolescentes, mas de reconhecer que alguém com menos de 18 anos que comete esses delitos “não pode ser tratado como menor”.

Magno Malta citou pesquisas de

opinião mostrando que 88% dos brasileiros apoiam a antecipação da maioria penal, entendendo que a medida é “um instrumento pedagógico” para fazer entender, aos jovens, que existem limites para o seu comportamento.

Entidades religiosas

O senador saudou a presença, em Plenário, na tarde de ontem, de lideranças de entidades evangélicas e católicas que acompanharam a votação de projeto de lei que altera o novo Código Civil.

DESARMAMENTO

Senadores defendem o projeto do estatuto como um importante passo contra a violência no país. Mas advertem que outras medidas devem ser implementadas

IDELEI SALVATTI



Chamou a atenção para os benefícios que a matéria trará para os jovens, as principais vítimas da violência no Brasil

JUVÊNIO DA FONSECA



Apoiou o projeto, mas fez restrições ao referendo que irá decidir se haverá ou não comércio de armas no Brasil

OSMAR DIAS



Pediu um controle mais rigoroso das fronteiras do país com o objetivo de combater o contrabando de armas de fogo

ANTERO PAES



Reclamou uma legislação mais rígida, como para criminosos reincidentes e adolescentes infratores

AUGUSTO BOTELHO



Defendeu a utilização de armas pelas populações ribeirinhas do interior da Amazônia

FERNANDO BEZERRA



Parabenizou o senador Renan Calheiros por sua luta para a aprovação do estatuto no Congresso

VALADARES



Defendeu a aprovação de uma emenda que obrigava a instalação de detector de metal em rodovias

MAGNO MALTA



Disse que o estatuto será um dos avanços mais significativos contra o crime, se for acompanhado de outras medidas

ANA JÚLIA CAREPA



Defendeu a inclusão dos agentes de fiscalização do Ibama entre os que podem portar arma de fogo

HÉLIO COSTA



Para ele, a aprovação do estatuto é o primeiro passo de uma caminhada necessária contra a violência no país

LEONEL PAVAN



Pregou a implementação de um amplo programa social como saída para erradicar o crime e a violência no país

GARIBALDI ALVES



Lembrou que o estatuto só terá validade se for seguido por outras ações, como o reaparelhamento das polícias

PEDRO SIMON



Questionou se será feito um levantamento em todo o país para identificar quem tem arma sem registro

EFRAIM MORAIS



Observou que a escalada de violência continuará no país se o Estado não coibir o contrabando de armas e drogas

DEMOSTENES TORRES



Disse ser favorável a restrições ao comércio de armas, mas afirmou não estar seguro de que o estatuto reduzirá a violência

EDUARDO AZEREDO



Reconheceu as limitações do estatuto, mas observou que ele trará avanços no combate à criminalidade

MAGUITO VILELA



Destacou o trabalho de deputados e senadores para chegar ao texto final do Estatuto do Desarmamento

ALOIZIO MERCADANTE



Classificou o projeto como um avanço na legislação que dá suporte ao combate à criminalidade

EDUARDO SUPLICY



Disse que se o projeto de renda básica de cidadania estivesse vigorando, haveria menos violência no Brasil

Os principais pontos do estatuto

Além da proibição de o cidadão comum portar armas de fogo, o Estatuto do Desarmamento aprovado ontem define outras alterações relacionadas com a fabricação, o registro, o uso e o transporte das armas e munições. Os pontos listados são alguns constantes da matéria, que agora irá à sanção presidencial para surtir efeitos na vida prática da população.

- ➔ **Registro de armas** – será criado o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), gerido pela Polícia Federal (PF), para cadastrar as armas produzidas, importadas e vendidas no país. O órgão cuidará ainda das transferências de propriedade, do extravio de armas e das alterações cadastrais, inclusive do fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores. O cadastro de autorizações de porte de arma também será feito pelo Sinarm.
- ➔ **Quem pode portar armas** – poderão portar armas os integrantes das Forças Armadas, as guardas municipais das capitais e dos municípios a partir de 250 mil habitantes, agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Segurança da Presidência da República, todos os órgãos policiais, agentes e guardas prisionais, de escolta de presos, guardas portuários, agentes de empresas de segurança privada e de transporte de valores, os praticantes de esportes com

uso de armas de fogo e os colecionadores. Os registros para atiradores, caçadores, colecionadores, integrantes da PF, magistrados e membros do Ministério Público ficarão a cargo do Comando do Exército. Os residentes de áreas rurais que comprovarem a necessidade da arma para sustento da família poderão ter o porte de armas na categoria “caçador”.

- ➔ **Quem pode possuir armas** – Para possuir armas e guardá-las em casa, o cidadão deverá ser idôneo, provar necessidade, comprovar capacidade técnica e psicológica e apresentar certidão negativa de antecedentes criminais. Não poderão adquirir armas os menores de 25 anos, com exceção daqueles a quem já é permitido o porte.
- ➔ **Penas e multas** – o tráfico internacional de armas terá pena de quatro a dez anos de reclusão e o comércio ilegal terá pena de quatro a oito anos, sendo aumentada pela metade a pena se a arma for de uso proibido ou restrito. Os integrantes das organizações que podem ter porte de arma também terão pena aumentada pela metade. Renovação do porte – as autorizações já expedidas de porte de armas expiram 90 dias após a publicação da lei, devendo ser renovadas. Serão proibidas a fabricação e a venda de brinquedos que simulem armas de fogo.

JOSÉ AGRIPINO



Alertou contra o excesso de expectativas geradas pela idéia de que o estatuto resolverá todos os problemas

ROMEU TUMA



Disse estar à vontade para defender o projeto porque nunca andou armado, nem quando era policial

SÉRGIO CABRAL



Apresentou ressalvas ao texto proposto pelo relator, como a de não exigir detector de metais em rodovias

HELOÍSA HELENA



Para ela, o estatuto terá pouco efeito prático sobre o quadro de violência, principalmente no campo

Waldemir Rodrigues



AValiação Abdenur (ao lado de Suplicy) observa que os EUA são país estratégico para o Brasil

Aprovado o nome de Roberto Abdenur para a embaixada nos Estados Unidos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, mensagem presidencial indicando o nome do diplomata Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur para exercer o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos. A indicação vai agora à apreciação do Plenário do Senado.

Roberto Abdenur afirmou, durante sua exposição ao colegiado, que os Estados Unidos são um país estratégico para o Brasil, e constituem o maior mercado das exportações do país. Ele anunciou que vai lutar para aproximar mais ainda os Parlamentos brasileiro e

americano.

O diplomata lembrou que, atualmente, cerca de 1 milhão de brasileiros vivem nos Estados Unidos. E garantiu que as relações Brasil-Estados Unidos "são boas" e incluiu entre suas prioridades como embaixador a discussão de problemas relacionados com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), informou que o colegiado criou uma subcomissão destinada a analisar a situação de brasileiros que se encontram no exterior. Marcelo Crivella (PL-RJ) fez votos para que o futuro embaixador nos EUA resolva logo

a situação de brasileiros presos naquele país, alguns há mais de três anos. Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o Mercosul, observando que os Estados Unidos querem, na verdade, promover um esvaziamento desse mercado comum.

Na mesma reunião, a Comissão de Relações Exteriores aprovou ainda as seguintes indicações: de Carlos Augusto Rego Santos Neves para a Geórgia; César Amaral para a Jamaica; e Marcos Caramuru de Paiva para a Malásia. Marco Maciel (PE) e Antonio Carlos Magalhães (BA), ambos do PFL, elogiaram a escolha dos novos embaixadores.

Eduardo propõe conselhos para reforma agrária

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) propôs, ontem, que o cadastro de trabalhadores rurais sem terra para fins de reforma agrária seja feito por conselhos municipais. Conforme a sugestão, os conselhos seriam responsáveis, ainda, pela identificação das terras improdutivas a serem usadas para o assentamento de famílias.

— A reforma agrária somente será feita pela união de esforços de estados, municípios e entidades que representam trabalhadores rurais. São os municípios que conhecem a realidade fundiária do país. O caminho viável é construir uma base a partir dos municípios, com participação dessas entidades — disse. Segundo sua proposta,



CRÍTICA Eduardo questiona cadastros feitos em periferias das grandes cidades

os conselhos municipais de reforma agrária seriam constituídos por juízes e representantes das igrejas, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ele questionou a validade dos cadastros de trabalhadores para reforma agrária feitos, inclusive pelo MST, em periferias de grandes cidades.

Roosevelt Pinheiro

Alvaro é eleito presidente da CPI da Terra

Foi instalada ontem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra, criada com o objetivo de elaborar um diagnóstico da estrutura fundiária brasileira, dos processos da reforma agrária e urbana, dos movimentos sociais ligados a essas questões e dos movimentos de proprietários de terras.

A CPI vai iniciar os trabalhos na segunda quinzena de fevereiro próximo, após o fim do recesso parlamentar. Até lá, os senadores e deputados que integram o colegiado deverão recolher sugestões e elaborar um roteiro de atividades, informou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), eleito por unanimidade para a presidência da comissão. O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) foi escolhido vice-presidente da CPI, e o deputado João Alfredo (PT-CE), relator.

Comissão discute seguro-garantia para imóveis

Representantes das seguradoras e das construtoras divergem sobre proposta de Lobão

Os presidentes da Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e Capitalização, José Américo Peón de Sá, e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Simão, divergiram sobre projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui seguro-garantia para compradores de imóveis.

Eles participaram ontem de audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sob a presidência do senador Paulo Octávio (PFL-DF), para debater a proposta. Enquanto o representante das seguradoras considerou a medida adequada, o representante das construtoras sustentou que a medida pode onerar o setor.

Pela proposta de Lobão, as



DEBATE Audiência pública da CAE foi presidida pelo senador Paulo Octávio

construtoras seriam obrigadas a oferecer seguro para evitar que os compradores deixem de receber seus imóveis em razão de falência da empresa, entre outros motivos.

O senador César Borges (PFL-BA) apoiou a instituição do seguro-garantia. Ele disse que, em muitos casos, empresas construtoras contratadas por governos estaduais acabam quebrando, deixando a administração pública e os contribuintes no prejuízo.

Waldemir Rodrigues

Prefeituras poderão usar verba de depósito judicial

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, ontem, relatório do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) favorável a projeto da Câmara (PLC nº 94/03) que permite a utilização, pelos municípios, de 70% dos recursos referentes a depósitos judiciais de tributos de sua competência, até que haja decisão judicial definitiva. A proposta também deve ser analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de seguir para o Plenário.

O relator esclareceu que a devolução dos recursos aos depositantes que tiverem decisão judicial que os favoreça fica garantida, já que os municípios serão obrigados a constituir fundo correspondente a 30% do total dos valores depositados. Caso o município não mantenha o fundo de acordo com a legislação, disse Luiz Otávio, os repasses estaduais e federais podem ser suspensos.



RELATÓRIO Proposição da Câmara recebe parecer favorável de Luiz Otávio

Depois do terceiro descumprimento das determinações legais, afirmou, o município deixa de fazer jus ao direito de usar os recursos.

Na presidência da reunião, Paulo Octávio (PFL-DF) concedeu a Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) vista do projeto de resolução de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que autoriza os municípios a cederem a instituições financeiras a sua dívida ativa consolidada.

Waldemir Rodrigues

José Cruz



José Cruz

POLÊMICA Matéria provocou amplo debate entre os senadores integrantes da Comissão de Educação

Comissão aprova uso do FGTS para pagamento de anuidade escolar

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), favorável a projeto de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que permite o uso de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador e de seus filhos. A matéria (PLS nº 287/03) incitou grande discussão entre os parlamentares.

A proposta recebeu apoio dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Valdir Raupp (PMDB-RO), Papatéo Paes (PMDB-AP), Hélio Costa (PMDB-MG), Flávio Arns (PT-PR), José Jorge (PFL-PE), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Efraim Moraes (PFL-PB) e Aelton Freitas

(PL-MG). Todos lembraram a importância de facilitar o acesso à educação. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou voto em separado pela rejeição da matéria e recebeu o apoio de Fátima Cleide (PT-RO) e de Eurípedes Camargo (PT-DF). Os três defendem melhorias na educação pública, destinando recursos nessa direção.

A comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 279/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), que estabelece o dia 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Caso não haja recurso para votação em Plenário, a matéria seguirá para a Câmara.

Foi acolhido parecer pela re-

jeição do Projeto de Lei nº 636/99, de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que obrigaria a comprovação de sanidade mental como requisito para a colação de grau em cursos de graduação na área de saúde.

O colegiado aprovou relatório de Patrícia Saboya (PPS-CE) favorável a autorização para estudo sobre a criação de universidade no Vale do Cariri, no Ceará. O autor da matéria, a Indicação nº 4/02, é o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

Foi aprovado ainda parecer de João Capiberibe (PSB-AP) a projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP) que proíbe que seja cobrada, de alunos egressos da rede pública, taxa de inscrição no vestibular (PLS nº 120/03).

Aluno carente pode ter cota em universidade

Próxima reunião da Comissão de Educação (CE), na terça-feira, terá como principal objetivo – segundo anunciou o presidente do colegiado, senador Osmar Dias (PDT-PR) – examinar projeto de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que obriga destinação de cota de 50% das vagas de universidades públicas para alunos provenientes de escolas públicas. O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou parecer favorável à proposta.

Na reunião de ontem, recebeu pedido de vista coletiva o Projeto de Lei nº 81/02, do então senador Carlos Wilson, que permite o desconto integral das despesas de educação na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. A matéria tem parecer favo-



APROVAÇÃO Relator na CE, Valdir Raupp apresentou parecer favorável à proposta

rável do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

O colegiado aprovou ontem projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), com parecer favorável do senador Demostenes Torres (PFL-GO), tornando obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional, acompanhado da execução do Hino Nacional, pelo menos uma vez por semana nas escolas de ensino fundamental (PLS nº 184/03).

Osmar: *Jornal do Senado* não prestigia a CE

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), lamentou a pouca importância que, na sua opinião, o *Jornal do Senado* dá à comissão. Para o senador, a imprensa externa dá mais espaço aos temas debatidos pelo colegiado do que o jornal da Casa.

Segundo Osmar, o periódico não noticiou a previsão de exame, na CE, de projeto que permite dedução integral de despesas com educação no Imposto de Renda Pessoa Física, como também deu "apenas uma nota de três linhas" sobre a audiência com o ministro Cristovam Buarque.

A diretora do *Jornal do Senado*, Maria da Conceição Alves, disse que é por falta de espaço que as previsões são divulgadas apenas na página 2, e acrescentou que o jornal dedicou uma página à cobertura da audiência com o ministro da Educação.

Cristovam debate ensino superior com legislativos

Em teleconferência para 27 assembleias estaduais, ministro negou privatização de universidades públicas

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tem nenhuma intenção de privatizar as universidades públicas, assegurou ontem o ministro da Educação, Cristovam Buarque, em teleconferência realizada no auditório do Interlegis. Ao contrário, disse ele, a idéia é a de tornar cada vez mais público o ensino superior, inclusive com a previsão de financiamento para alunos de faculdades privadas em cursos com carência no magistério – caso, como citou, de professores de ensino médio de Física e Matemática. O evento faz parte do

ciclo de conferências organizado pela Universidade do Legislativo (Unilegis), que interligou 27 assembleias legislativas.

Cristovam anunciou o lançamento de programa que vai conceder 30 mil bolsas de estudo a universitários, sem que os estudantes tenham que devolver os valores ao final da formação. A única exigência será que eles atuem como alfabetizadores de adultos durante o curso. Até 2006, antecipou, 200 mil bolsistas deverão ser atendidos. Ele também defendeu o ensino a distância como instrumento para ampliar o acesso à educação.

As ações de sua pasta, segundo o ministro, irão ajudar a enfrentar o que ele considera como maior desafio do governo: fazer do Brasil um país educado, colocando a educação no centro das ações públicas.



DEBATES Marco Maciel (D) fala com Cristovam Buarque durante teleconferência promovida pela Universidade do Legislativo

Maciel sugere prioridade para a reforma política

A reforma política é indispensável, disse ontem o senador Marco Maciel (PFL-PE), uma vez que ela condiciona as demais reformas e melhora as condições de governabilidade. Ao proferir palestra em teleconferência organizada pela Universidade do Legislativo (Unilegis), tendo o vice-reitor, Heitor Gurgulino, como moderador dos debates, o senador afirmou que as mudanças poderão permitir uma maior inserção do Brasil no cenário internacional.

– Nós temos uma democracia robusta, com um processo eleitoral moderno, totalmente informatizado, e que só uma reforma política poderá desatar

o nó da governabilidade, já que a democracia, mais do que um acordo de procedimentos, é uma questão de decisão – avaliou o senador. Marco Maciel acrescentou que somente alterar a lei não é o bastante para mudar a cultura política, é apenas um vetor de estímulo para isso.

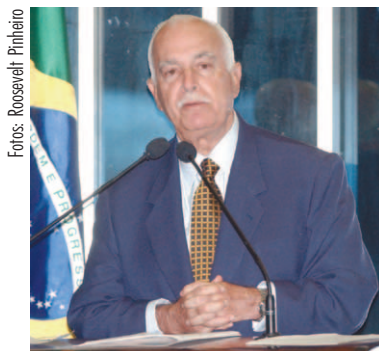
Marco Maciel defendeu a inclusão, no âmbito das discussões da reforma política, da rediscussão dos valores da República, em particular os ligados à cidadania, e também a dos papéis dos entes da Federação. Reforçar a participação municipal, descentralizando a administração, é uma das propostas alinhadas por Maciel.

Célio Azevedo

Antonio Carlos critica lista fechada e financiamento público em eleição

■ Para ele, medidas são antidemocráticas e não garantem redução de abuso do poder econômico

A adoção de listas fechadas nas eleições proporcionais e do financiamento público de campanha, pontos de destaque da proposta de reforma política, foi criticada ontem em Plenário pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Enquanto as listas fechadas tenderiam a "engessar" a vida partidária, o financiamento público não garantiria uma disputa igualitária, nem evitaria a inje-



Fotos: Roosevelt Pinheiro
ACESSO RESTRITO "Urnas poderão se tornar exclusivas de uma casta", diz Antonio Carlos

ção de recursos privados nos pleitos, na opinião do parlamentar.

Além da "provável inconstitucionalidade", Antonio Carlos destacou o caráter antidemo-

crático das listas fechadas.

– Com elas, novas lideranças terão o acesso praticamente vedado às urnas que, por sua vez, poderão se tornar exclusivas de uma casta – advertiu.

Pelo sistema atual, por lista aberta, as 513 cadeiras da Câmara são divididas proporcionalmente pelos votos que um partido ou coligação obteve. A quantidade de votos dirigida a cada candidato é que define a distribuição desses assentos. Já pelo regime de lista fechada, segundo explicou, o eleitor irá votar no partido, que escolherá os candidatos que terão prioridade para ocupar uma cadeira no Legislativo. Embora admita distorções na lista aber-

ta, Antonio Carlos sustenta que isso não pode servir de pretexto para distanciar, ainda mais, o parlamentar do povo.

Financiamento

Na avaliação do senador, o financiamento público das campanhas deve ser discutido com "cuidado e isenção". Antonio Carlos não se deixa convencer pelo argumento de que a medida, associada ao voto em lista fechada, tornaria os pleitos mais baratos e menos sujeitos ao abuso de poder econômico.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter dúvidas sobre a adoção de listas fechadas, e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apoiou Antonio Carlos em suas preocupações.

Igreja e partido terão novo enquadramento

As organizações religiosas e os partidos políticos passarão a ser definidos, no novo Código Civil, como pessoas jurídicas de direito privado, ao lado das associações, sociedades e fundações. Esse enquadramento jurídico será viabilizado com a aprovação, pelo Plenário, do projeto que altera dois artigos da lei civil para suprir a ausência de definição legal dessas entidades (PLC nº 88/03). A matéria vai à sanção presidencial.

A aprovação da proposta foi aplaudida por diversos senadores, em sessão prestigiada por lideranças religiosas e políticas.

Muda lista para serviços taxados com o ISS

O Senado concluiu ontem a votação, em turno suplementar, do projeto de lei complementar que atualiza a lista dos serviços taxados com o Imposto sobre Serviços e muda alíquotas (PLC nº 70/02). Foram votadas emendas que ficaram pendentes de acordo de lideranças na semana passada. O projeto vai à sanção presidencial.

Entre as emendas acatadas pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), está a que isenta do ISS a construção e incorporação de imóveis e as casas lotéricas, mantendo alíquota de 5% para os bingos.

Tabela do Inmetro será reajustada

O Plenário aprovou ontem à tarde projeto que reajusta as taxas de serviços prestados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). A matéria (PLC nº 100/03), de autoria do Executivo, contém, na verdade, duas tabelas: a primeira, de caráter geral, entra em vigor em 1º de janeiro de 2004. A segunda, que amplia o reajuste de alguns itens, passa a vigorar a partir de 1º de julho do próximo ano. O projeto foi aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatado por Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

Ideli protesta contra uso de palavras ofensivas em Plenário

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) protestou ontem contra o uso de palavras ofensivas por senadores, seja em declarações à imprensa, seja no próprio Plenário do Senado. Aproveitando sua participação no debate sobre o estatuto que define regras para o uso de armas de fogo, Ideli fez um apelo ao "desarmamento dos espíritos".

Ela citou como exemplo duas declarações de Heloísa Helena (PT-AL), a primeira delas ao *Correio Braziliense*. Conforme o jornal, em referência ao encurtamento de prazos para a votação das reformas, Heloísa teria dito que "a vigarice é sempre inteligente". Já em Plenário, a senadora alagoana usou o termo "porquinha", numa suposta referência a Ideli.

– O Senado não deve comportar esses tipos de expres-



CONCILIAÇÃO Ideli Salvatti pede aos senadores que pratiquem o "desarmamento dos espíritos"

sões – afirmou a parlamentar catarinense. Em seguida, para criticar a posição de Heloísa, contrária ao próprio partido, Ideli disse que não costuma "cuspir na gamela" em que comeu. Ela cobrou também que fossem apontados os nomes dos senadores considerados por Heloísa como vigaristas.

Heloísa recebe homenagem de militantes

Militantes da tendência Democracia Socialista (DS), do Partido dos Trabalhadores, fizeram ontem manifestação em frente ao Plenário do Senado para protestar contra a possível expulsão da senadora Heloísa Helena (PT-AL) da agremiação partidária. Eles chegaram cantando *Maria, Maria*, de Milton Nascimento, deixaram a senadora emocionada e provocaram lágrimas em várias pessoas que assistiram à manifestação.

O ato foi acompanhado ao violão por Daniel Seidel, um dos coordenadores da DS, que entregou a Heloísa Helena um anel de tucum (castanha de onde se extrai óleo co-



DEFESA Integrantes do PT protestaram contra possível expulsão de Heloísa do partido

mestível) como símbolo da luta da parlamentar pelas idéias defendidas ao longo da história do PT.

O grupo, que, junto com Heloísa Helena, tem forte influência da Igreja Católica, também cantou *Jesus, Pão de Igualdade* – o hino das Comunidades Eclesiais de Base. A senadora abraçou um a um os companheiros de militância.

Nome de Pedro Jaime de Araújo é aprovado para direção da Anatel

Por unanimidade, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a indicação do engenheiro e secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Pedro Jaime Ziller de Araújo, para exercer o cargo de membro do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A mensagem

presidencial com a indicação, relatada pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), recebeu parecer favorável.

Engenheiro formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, Pedro Jaime tem larga experiência no setor de telecomunicações, tendo assumido vários cargos na CTB-SP/Telesp, na Telebrás e na Telemig.

Senado acolhe indicação para Superior Tribunal Militar

O Senado aprovou ontem, com 62 votos favoráveis, 7 contrários e 1 abstenção, mensagem presidencial indicando o tenente-brigadeiro-do-ar Flávio de Oliveira Lencastre para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla.

Ainda na mesma sessão, o Senado aprovou a indicação do embaixador do Brasil na Costa do Marfim, Fausto Orlando Campelo Coelho, para exercer, cumulativamente, o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Mali. A mensagem presidencial recebeu 59 votos favoráveis e 10 contrários e nenhuma abstenção.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Heráclito Fortes e João Alberto Souza